

Jornalismo, memória e a ditadura militar – marcas do silenciamento e da censura no jornal A Notícia de Joinville¹

Renata Rutes Henning²
Laura Seligman³
Univali/SC

Resumo

A Ditadura Militar representou um período de cerceamento de muitos direitos coletivos e individuais no Brasil. A censura à imprensa foi um dos mais significativos, tirando da população seu direito de livre expressão e de informação. Esta pesquisa procurou em edições do jornal A Notícia de Joinville, durante o período do governo militar considerado o mais severo, o do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), marcas que indiquem essas ações de censura. As técnicas usadas foram as da Análise de Conteúdo. As análises indicaram marcas de silenciamento, mais notadamente a ausência de textos de opinião, a presença de material oficial do governo federal e a ausência de reportagens sobre os atos da ditadura.

Palavras-chave: Jornalismo; Censura; Ditadura Militar; A Notícia.

Mesmo após mais de trinta anos do final do período conhecido como Ditadura Militar, o temor de um novo regime de exceção e as restrições que eles costumam impor ainda assombram a sociedade brasileira. Esse período marcou a história do país através dos Atos Institucionais que ordenavam a censura, perseguição política, suspensão de direitos constitucionais, total repressão àqueles que eram contra o governo. De uma forma geral, não havia democracia. A Ditadura Militar teve início no Brasil em 31 de março de 1964, com o afastamento do Presidente da República, João Goulart, culminando em um Golpe de Estado iniciado no dia 1º de abril de 1964. O posto é concedido por uma Junta Militar ao Marechal Castelo Branco. A Ditadura durou até a eleição do presidente Tancredo Neves, em 1985. O motivo da tomada de poder alegado pelos militares seria que o Brasil estaria sob ameaça comunista.

Em 30 de outubro de 1969 inicia o pior dos governos da Ditadura, considerado o mais duro e repressivo, chamado inclusive de “anos de chumbo” (terminando em 15 de março de

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Graduanda de Jornalismo – Univali – renatarutes@gmail.com

³ Orientadora do trabalho, Mestra em Educação, Doutoranda em Comunicação e Linguagens – seligman@univali.br

1974), sob o comando do General Emílio Garrastazu Médici.

Esta pesquisa estudou o governo Médici, que aumentou ainda mais a repressão e iniciou a censura aos meios de comunicação. Todos eles, desde jornais e revistas a livros, peças de teatro, filmes, novelas e músicas passaram a ser censurados. Artistas, professores, jornalistas, escritores e políticos contra a ditadura foram investigados, presos, torturados, exilados ou mortos nesta época. A ordem era clara: expressamente proibido publicar algo contra o regime militar.

Como essas ações impactaram no conteúdo dos jornais aqui em Santa Catarina? É possível perceber as formas de censura ao folhearmos jornais da época? É para responder a esses questionamentos que esta pesquisa se debruçou sobre as páginas do jornal A Notícia em busca de marcas discursivas que denotassem censura no texto jornalístico do período da ditadura militar brasileira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Martins da Silva (2006) explica a importância do valor-notícia, destacando que quanto mais alguém trame a ocultação de algo, mais potencial de valor-notícia há no fato a ser publicado. Logo, podemos avaliar o quanto os jornalistas brasileiros foram prejudicados por não poderem denunciar tudo o que estava acontecendo no país. Mesmo que muitas pessoas soubessem o que estava acontecendo, por conta dos desaparecimentos de familiares ou amigos, a maioria dos cidadãos não fazia ideia dos crimes políticos. Segundo Martins da Silva (2006, pg. 51), “a mídia é um espaço público” e o cidadão tem direito de acessá-la, de saber através dela o que de fato está acontecendo e o quanto tais acontecimentos afetam a vida diária. Por isso, é tão importante que os jornalistas tenham vozes e busquem escutar todos os lados do caso a ser noticiado, fato que não acontecia nesse período – os comunicadores só podiam entrevistar fontes oficiais, o público jamais poderia ser ouvido.

É através do jornalismo investigativo que os jornalistas atuavam na época. Pois é essa vertente do jornalismo que é a encarregada “de ir buscar elementos ocultos ou omissos em torno de fatos que, apesar de afetarem o interesse coletivo, por algum motivo ou interesse não vêm à tona” (MARTINS DA SILVA, 2006, pg. 53)

Os jornalistas não estavam necessariamente a favor do governo. A ausência de notícias denunciando os acontecimentos como desaparecimentos de músicos, escritores, políticos e jornalistas não eram muitas vezes noticiadas por conta da censura, que silenciava as redações. O governo enviava aos jornalistas o que era aceitável ou não, através de bilhetes ou cartas e visitas pessoalmente às redações. Segundo pesquisa de Glaucio Ary Dillon

Soares, a revista *Veja* esteve sob censura durante 119 edições, tendo 10.352 linhas cortadas, 60 matérias totalmente proibidas, assim como 44 fotografias e 20 desenhos e charges (MARCONI, 1980, p. 84). Isto nos dá nada menos de 87 linhas por número, um artigo vetado a cada dois números, uma foto a cada três e um desenho ou charge a cada seis edições.

Os jornalistas queriam noticiar, um caso que pode ser usado de exemplo é o do jornalista Flávio Tavares, que resistiu à Ditadura e acabou preso e torturado. Ele conta em seu livro *Memórias do Esquecimento* de modo cru e real essa época sombria pela qual passou. “Da repressão à resistência, da dor à esperança, está tudo aqui, para jamais esquecer” (TAVARES, 1999).

Outro ponto difícil que os jornalistas tiveram que aceitar foi a convivência com os censores, que eram os responsáveis por averiguar o conteúdo produzido pelos veículos. No pós-AI-5, eles eram das Forças Armadas, mas com o passar do tempo eles foram substituídos por membros da Divisão da Censura de Diversões Públicas (DCDP). A DCDP era responsável por escolher o que os brasileiros podiam ler, escutar ou assistir. A desculpa era cuidar da moral e dos bons costumes, para que chegasse até os cidadãos só o que não fosse contra isso. Porém, a principal característica do órgão, que era subordinado à Polícia Federal, era controlar os jornalistas e comunicadores em geral.

O silêncio imposto aos jornalistas falava. Mesmo sem poderem publicar o que de fato queriam, suas vozes ecoavam nas entrelinhas do não dito, do não publicado, do não revelado. Orlandi (1997) aborda o tema, defendendo que o ato do silêncio é o não-dizer. O silêncio não é nada, não é vazio, ele tem história e significado.

O silêncio não fala, ele significa. (...) O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. (...) Fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam). As palavras vêm carregadas de silêncio.” (ORLANDI, 1997, p. 105).

Outro fato a se destacar é que não existe autocensura. Segundo Orlandi, a censura sempre coloca um outro. “É sempre em relação a um discurso outro – que, na censura, terá a função do limite – que um sujeito será ou não autorizado a dizer. Por exemplo, mesmo não estando sob uma ditadura, há interdições no discurso político.” (pg. 108)

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa foi feita em edições do jornal *A Notícia* de Joinville da época (entre os anos 1969 e 1973), acessados através do Arquivo Histórico de Joinville, que cedeu as edições para que fossem fotografadas para posteriormente serem analisadas. As edições foram

escolhidas aleatoriamente, através da amostra por mês composto. Foram analisadas as edições de novembro de 1969 (1ª semana); fevereiro de 1970 (2ª semana); maio de 1971 (3ª semana); agosto de 1972 (4ª semana); e dezembro de 1973 (1ª semana). Algumas das edições destes períodos não estavam disponíveis para análises – elas são indicadas ao longo da análise. As técnicas usadas foram as da Análise de Conteúdo que segundo Herscovitz (2007), é um excelente método para interpretar a vida social de uma época. No caso dessa pesquisa, a censura no governo Médici. Procuramos nas páginas das edições, marcas de silenciamento, como por exemplo a substituição do conteúdo jornalístico por material oficial de governo.

DADOS/ANÁLISES

1ª semana de novembro de 1969

O governo Médici iniciou em 30 de outubro de 1969. A primeira edição do Jornal A Notícia de Joinville analisada trata do dia **1º de novembro de 1969**, sábado. Sua capa falava sobre os problemas da região, como os pedidos da comunidade de Jaraguá do Sul, que conseguiu uma audiência com o então Governador Ivo Silveira. Cita-se também a renúncia de um vereador, Idarli Silveira, que era do partido Modebrás (como também foi conhecido o MDB – Movimento Democrático Brasileiro). Ao longo do governo Médici o Presidente iria permitir somente dois partidos: o MDB e a Aliança Renovadora Nacional (Arena), essa última de situação. O que chama a atenção é que a Arena é citada em duas matérias de capa desta primeira edição analisada. As duas matérias falam sobre as eleições de prefeito que estavam próximas de acontecer (30 de novembro de 1969).

Por conta do governo Médici ter recém iniciado, nessa edição nota-se um artigo de opinião em formato de Editorial. Ele não possui assinatura, mas pode-se entender que foi elaborado dentro da redação do A Notícia, pois cita que "Recentemente publicamos os pontos principais de um relatório elaborado (...)". Ele aborda dois partidos políticos extintos, a União Democrática Nacional (UDN), que era frontalmente opositor às políticas e à figura de Getúlio Vargas e o Partido Social Democrático (PSD). O Editorial critica a relação entre os dois partidos, que não conseguiram se conciliar e acabaram perdendo o prazo de inscrição para concorrerem às prefeituras de alguns municípios catarinenses (não são citados quais). Essa pode ser uma referência velada às posturas contrárias dos dois partidos autorizados a funcionar na época – Arena e MDB.

Outra notícia que faz parte dessa edição é a que aborda o primeiro dia de trabalho do Presidente Garrastazu Médici, que havia assumido o poder dia 30 (uma quinta-feira) e na

sexta-feira (31) já havia ido trabalhar. Parece óbvio para qualquer um que se o Presidente assumiu, ele irá trabalhar no outro dia, mas para o jornal isso mereceu ser destacado, inclusive a hora: 8h50min. O texto exprime certa empolgação com o início do novo governo, tanto que em certa parte cita que "O pronunciamento do Presidente Garrastazu Médici e a escolha dos componentes do novo Ministério 'transmitiram entusiasmo e confiança'". A citação foi atribuída ao presidente da Sociedade Rural Brasileira em telegrama enviado ao Presidente da República.

Ainda nessa edição há uma notícia sobre o presidente Costa e Silva, dizendo que ele estava cada dia mais lúcido (ele havia sofrido um derrame cerebral), porém ele veio a falecer pouco mais de um mês depois dessa publicação (17 de dezembro de 1969). Costa e Silva foi o último Presidente antes de Médici, que assumiu o cargo depois da Junta Militar. Foi no governo Costa e Silva que foi promulgado o AI-5, que deu poder aos militares para cassar políticos e institucionalizar a repressão, tanto por meios legais como ilegais (a tortura é um exemplo).

As charges, que hoje costumam abordar temas polêmicos, inclusive de cunho político, não eram usadas no A Notícia. Marques de Melo (1994) comenta que o universo opinativo dos jornais e revistas não deve se limitar apenas a texto, mas incorpora também as imagens.

A caricatura é a encarregada de assinalar qualquer excesso social ou político suspeito de licenciosidade corruptora. (...) Quer dizer que exerce uma suprema jurisdição, missão de privilégio que, por certo, não possuem outras artes que enfrentam também a natureza e reproduzem aspectos da realidade, porém sem nenhuma obrigação de crítica ou sentença. (COLUMBA apud MARQUES DE MELO, 1994, p. 163).

O jornal publicava somente tirinhas da Turma da Mônica, do desenhista Maurício de Souza, com cunho humorístico. Havia também espaço para as notas religiosas, com horários de missas e cultos e eventos das igrejas, além da página cultural, com a programação dos cinemas da cidade. Outra editoria que tinha destaque no veículo era Esporte. Um fato curioso que foi noticiado foi a transmissão da Copa do Mundo de Futebol pela televisão, que era novidade em 1969. Havia muitas notícias internacionais, com destaque para uma grande cobertura do Governo Richard Nixon, nos Estados Unidos. Muitas edições analisadas tinham Nixon inclusive na capa do jornal.

A capa da edição do **dia 2 de novembro de 1969** não traz nenhuma notícia sobre o governo Médici. A capa da edição do **dia 4 de novembro**⁴ mostra mais uma vez a logomarca do jornal em um lugar diferente, mostrando que a capa era montada de acordo com as matérias

⁴ No Arquivo Histórico de Joinville, que cedeu as edições para serem analisadas por essa pesquisa não havia a edição do dia 3 de novembro de 1969 que comporia as análises

que iriam nela, sem um padrão. A matéria destaque (com a fonte em negrito) tratava do Exército Libanês que havia feito um acordo com guerrilheiros palestinos. Não há nenhuma menção ao Governo Médici.

Na página de Variedades há uma nota sobre a demora da posse do Presidente Médici, que foi num dia de muito calor, causando o desmaio de uma de suas noras (a esposa de seu filho mais novo, Sérgio). O jornal explica que discretamente o marido e alguns membros do cerimonial saíram do local com a mulher. As crianças que lá estavam ficaram alvoroçadas, mas a primeira dama, Scila Nogueira Médici, "manteve-se tranquila".

Há também uma nota sobre o senador Josafá Marinho, que em discurso apresentou que em sua opinião havia falhas no sistema político do país. No longo pronunciamento ele destacou que não era certo o Governo Militar estar há tantos anos no comando do Brasil e com poder ilimitado.

A capa do dia **5 de novembro de 1969**, uma quarta-feira, traz como manchete principal o fato de que o MDB havia pedido impugnação de quatro candidaturas da Arena de Joinville. Os candidatos Lavadário Nobrega, Adalcino Pereira, Hugo Max e Ralf Milbradt corriam aos cargos de vereadores. Todos eles ocupavam cargos públicos, como lideranças de sindicatos, secretarias municipais e inclusive um deles trabalhava no gabinete do então prefeito de Joinville, Nilson Wilson Bender.

Uma matéria sobre o sequestro do avião da Varig, ocorrido em 4 de novembro de 1969, repercutiu na época, por isso acabou sendo divulgado no A Notícia. O jornal explica que havia 89 passageiros e 12 tripulantes a bordo da aeronave. Os sequestradores – nove homens e uma mulher – armados com pistolas, exigiram que o voo fosse desviado para Havana. Eles se declararam membros de um dos grupos que atuavam no Brasil, durante Regime Militar, chamado “Frente de Libertação Nacional” (FLN). Dois dias depois o avião pousou em Havana, Cuba, onde os passageiros foram liberados.

Outra notícia relevante foi o Voto de Louvor ao Presidente Médici, emitido pelo ex-Ministro, Lira Tavares, antes de deixar as funções de Ministro do Exército. Ele declarou que a aptidão de Médici "para o trato de questões políticas e internacionais ficou comprovada no período em que desempenhou funções no Adido Militar junto à Embaixada brasileira em Washington, cumulativamente com os encargos de delegado Brasil na Junta Interamericana de Defesa e na Comissão Militar Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos". Nesses cargos, segundo Lira Tavares, Médici proporcionou ao Brasil "valiosa contribuição para o aperfeiçoamento do sistema de defesa do continente e para o estreitamento das

relações bilaterais com os Estados Unidos". O ex-Ministro pede ainda que, "com a graça de Deus", o Presidente possa concretizar seus planos de governo.

A capa do **dia 6 de novembro** (quinta-feira) traz a manchete que afirmava que o governo estava "empenhado em destruir focos de terroristas", o fato se deu após a morte do político e guerrilheiro Carlos Marighella (dois dias antes da publicação - 4 de novembro de 1969) que foi um importante militante contra a ditadura, chegando a ser considerado o "inimigo número um" dos militares. Vale destacar que somente em 1996 o Ministério da Justiça reconheceu a responsabilidade do Estado pela sua morte (Marighella foi assassinado por policiais que prepararam uma emboscada para ele). Outra notícia destaque da capa era sobre o partido ARENA, que estava contestando a impugnação de quatro candidatos do partidos às eleições municipais. Também havia destaque para o acidente de trânsito que o então prefeito, Nilson Bender, sofreu: um dos pneus do carro em que ele estava estourou. Bender, o motorista Ademir Olinger e o presidente do diretório municipal da ARENA, Arno Enke, que também estavam no veículo, não sofreram grandes ferimentos.

Um artigo, de autoria da redação do jornal, fala sobre as novas regras de impugnação de candidatos a cargos políticos, exemplificando com os quatro casos do partido Arena, enfatizando que o público e os membros partidários só poderiam esperar pela decisão da Justiça, e que essas novas leis eleitorais deveriam ser seguidas. Vale destacar que o artigo do fim da página trata do Artigo 182, que permite o governo "entre outras coisas suspender direitos políticos, cassar mandatos e decretar confinamentos". O texto pede atenção e paciência aos leitores, pois os direitos dos brasileiros ainda existiam, e afirma que a democracia estava a caminho de ser uma realidade, através do governo Médici, que estava fazendo isso por etapas por meio de uma "nova fase política". O artigo é finalizado com a afirmação de que "não há razão para as manifestações que vem sendo feitas contra o Artigo 182, pois o governo só poderá recorrer a ele nos casos que possam pôr em perigo o regime (a ditadura)". A notícia completa sobre o Caso Marighella o chama de "chefe terrorista", contando que ele havia sido morto (metralhado) pela polícia paulista, com detalhes sobre a troca de tiros entre ele, seus comparsas e a polícia, que terminou com a sua morte.

A capa da edição do **dia 7 de novembro** (quinta-feira) traz notícias como o fato de que os sindicatos estavam para analisar dissídio coletivo em Jaraguá do Sul; há nota também sobre o caso dos candidatos impugnados da Arena, que recorreram e levaram a situação para a Justiça. Uma das matérias fala sobre a resposta positiva que o Presidente Médici deu, via carta, ao pronunciamento do Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. Nixon falou

sobre a política dos Estados Unidos em relação à América Latina. Médici salientou que "as declarações nos permitem esperar que elas traduzam-se em propostas concretas que atendam as reivindicações comerciais e econômicas da América Latina". Vale salientar que antes de discursar, Nixon enviou uma cópia de sua fala a Médici.

Há um informativo sobre o desejo do Presidente Médici em fortalecer o partido Arena - que foi criado especialmente para apoiar a Ditadura Militar. Vale lembrar que Médici estava há poucos dias governando o país. Ele teria dito em conversa com o Deputado Geraldo Freire que desejava ser informado de todas as críticas ao seu governo, pois queria debatê-las e esclarecê-las: "inclusive para a correção de erros e punições dos responsáveis quando elas forem confirmadas". Ele queria a Arena cada vez mais forte, pois considerava o partido como "o tentáculo político da Revolução".

A última edição analisada do ano, **8 de novembro** de 1969 (sábado) trazia um artigo com o tema inelegibilidade. "Os partidos e os candidatos acabam de ser beneficiados com uma decisão tomada ontem pelo Presidente Garrastazu Médici: os novos casos de inelegibilidades contidos no corpo do decreto baixado pelos ministros militares, quando no exercício da Presidência da República, não prevalecerão pelas eleições municipais do dia 30 do corrente mês", diz o texto. Esta medida pôs fim à series de impugnações de candidaturas, tanto da Arena quanto do MDB. A decisão evitava ainda que mais candidatos fossem afastados das eleições, podendo trabalhar em suas campanhas "sem medo da impugnação".

2ª semana de fevereiro de 1970

Vale destacar no início que as edições analisadas neste ano pulavam direto da capa para as colunas sociais (página 2) - os artigos e textos opinativos foram cortados do jornal A Notícia de Joinville, indicando acirramento da censura.

A primeira edição analisada deste ano (sábado, **7 de fevereiro de 1970**) trazia quatro matérias que citavam o governo Médici na capa: o advogado Rodrigo José Faria Lima, que estava preso por participar do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) havia sido transferido do Batalhão Paissandu para o Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, "a fim de ser submetido a exame de sanidade mental". Algumas "moças" (Maria Mota Lima Alvares, Ziléia Resnik, Ina Souza Medeiros e Maria Cândida Souza Gouveia) foram transferidas da Ilha das Flores, denunciadas pelo mesmo motivo que Rodrigo José, para o Depósito São Judas Tadeu; há também nota sobre o fato de que o Presidente Médici "acatou o conselho" do Ministro da Fazenda, regulamentando o Imposto Único sobre Minerais, como os utilizados na indústria de adubo e fertilizantes e mármore e granito; outra notícia sobre o

governo Médici que está na capa apresenta o caso do ex-Deputado Osmar Dutra, que pretendia anular o Decreto 65.157 proposto pela Junta Militar, que confiscou vários de seus bens em 15 de setembro de 1969. Vale lembrar que Dutra foi investigado e culpado de desviar 1 milhão, 16 mil, 623 cruzeiros-novos e 25 centavos (hoje equivale a mais de R\$ 400 mil) dos 2 milhões, 965 mil cruzeiros-novos e 50 centavos que foram entregues à ele pela Comissão do Plano do Carvão Nacional para a compra de ações da Siderúrgica de Santa Catarina Sociedade Anônima (SIDESC). A matéria sobre a Ditadura que está na capa e vale ser destacada trata do Carnaval. Nela consta que o Serviço de Censura Federal considerou atentado à moral os desenhos dos painéis decorativos dos salões do Copacabana Palace Hotel, montado para o Baile das Personalidades. Os pintores tiveram que agilizar-se e pintar círculos cobrindo corpos nus entrelaçados.

A edição do dia **10 de fevereiro de 1970** (terça-feira)⁵ traz como sua manchete principal que "As forças comunistas do Vietnã conquistaram a base Sul-Vietnamita". Falando de São Paulo, há um informativo sobre o Serviço Secreto do Exército, que estava em busca de informações a respeito de um atentado ocorrido na cidade, contra um sentinela que estava em frente ao Quartel General da Rua Conselheiro Crispiniano e foi baleado. Além do Serviço Secreto, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Polícia Federal e Força Pública também investigavam o caso.

Uma nota destaque é sobre a imprensa comunista que havia chegado ao Peru: o governo do país, que também era militar, havia iniciado a formação de um novo sindicato de jornalistas no país, com apoio comunista: a Frente Nacional dos Jornalistas Peruanos, firmada por 61 pessoas, dentre elas dirigentes do partido comunista peruano.

Nesta edição há uma pequena nota relatando que o Presidente Médici não iria deixar Brasília em fevereiro, porém no mês de março ele estava com duas viagens marcadas para o Rio Grande do Sul e em abril iria para o Nordeste (Maranhão, Rio Grande do Norte e Bahia). Fala-se também sobre a confiscação de bens de 20 deputados de São Paulo (que não tiveram seus nomes divulgados), e que também tiveram seus mandatos cassados e punidos. No caso dos prefeitos e vice-prefeitos do Estado de São Paulo, eles tiveram seus pertences confiscados e teriam suas vidas desde 1960 investigadas. Quem escondesse algo teria seu mandato cassado e/ou seus bens sequestrados.

⁵ Não havia no Arquivo Histórico de Joinville as edições do dia 8 e 9

A edição do dia **12 de fevereiro de 1970**⁶ (quinta-feira) traz uma única matéria na capa sobre o governo Médici e a transferência do Itamarati para Brasília: 300 pessoas seriam removidas para o Distrito Federal. As colunas sociais que no ano anterior costumavam trazer notas sobre o governo Médici, seja sobre qualquer assunto referente a ele, pareciam ter se calado: nada mais referente ao Presidente era citado, somente fotos de moradores de Joinville e região, convites para festas, cursos, desfiles e propagandas de lojas e demais estabelecimentos da cidade, além de horóscopo e cinema.

Já a edição de **13 de fevereiro** (sexta-feira) traz como manchete principal o adiamento da entrevista coletiva aos jornalistas que o Presidente Médici concederia. Porém, ele remarcou para próximo o dia 26 - para alcançar mais audiência (no dia 23 o Tronco Nordeste de Telecomunicações seria inaugurado, às 18h - vale lembrar que na época o conteúdo da TV não era 24h). O Presidente iria receber aos jornalistas no Palácio da Alvorada, no dia 26 (quinta-feira). No dia 27 a previsão era que as TVs e rádios transmitissem a entrevista.

Há na capa um grande box com o título "Teme uso político da censura aos editores". Tratava-se do vice-líder do partido MDB na Câmara Federal dos Deputados, Djalma Falcão, "disse ontem (12) que o decreto estabelecendo a censura nas publicações dos jornais, sob o pretexto de coibir atentados à moral e bons costumes corre o risco de ser utilizado para fins políticos". Ele acrescentou ainda que "censurar escritores e jornalistas ofende e atenta contra os mais elementares princípios democráticos".

Nessa edição há uma notícia intitulada "Pronta a portaria contra as publicações obscenas". O então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, havia assinado portaria que estava para ser publicada dentro de "breves dias" no Diário Oficial - regulamentando o decreto-lei sobre a licenciosidade em publicações. "A portaria regulamenta o processo pelo qual será feita a fiscalização das publicações consideradas licenciosas (algo despudorado, indecente) e dará poderes ao Conselho Superior de Censura (órgão responsável por, oficialmente, combater comunistas que estariam infiltrados nos meios de comunicação, lançando notícias falsas de tortura, dentre outras coisas - porém, eles eram responsáveis também por investigar e censurar os jornalistas normais, que não eram suspeitos de comunismo).

Pode-se perceber que a censura estava também, de certa forma, no governo municipal de Joinville, o novo prefeito, Harald Karmann, baixou uma portaria proibindo que a Guarda Municipal de Trânsito fornecesse informações sobre acidentes ou qualquer outra atividade

⁶ Não havia no Arquivo Histórico de Joinville a edição do dia 11

do trânsito joinvilense diretamente aos jornalistas: os Guardas teriam que repassar à Assessoria de Imprensa da Prefeitura, que decidiriam o que seria encaminhado à imprensa. A última edição analisada deste ano (**14 de fevereiro de 1970**, sábado) traz apenas uma pequena nota em sua capa sobre o governo Médici: o Presidente estava na Granja do Riacho Fundo. Há uma notícia que trata da censura de livros e periódicos: desde a última quarta-feira (11 de fevereiro de 1970) qualquer livro ou periódico antes de ser divulgado no Brasil teria de ser obrigatoriamente submetido à verificação prévia de existência de matéria que agredisse a moral e os bons costumes. O editor de jornais, editoras de livros, ou qualquer outro meio do tipo deveria encaminhar todo o material para os órgãos verificadores do governo (nesse caso, os delegados da Polícia Federal). Na matéria, o jornal divulga ainda a lista dos Artigos que regulam a censura. Não há nenhuma opinião ou qualquer manifestação do veículo sobre o ocorrido.

3ª semana de maio de 1971

A primeira edição analisada neste ano (sábado, **15 de maio de 1971**) traz temas internacionais. Continua não existindo artigos de opinião nas edições analisadas em 1971.

A única nota sobre a política brasileira na capa da edição de domingo (**16 de maio de 1971**) fala que o Presidente Médici estava voltando de viagem, a caminho de Brasília (tanto que o título é "Médici regressa hoje ao DF"). Ele havia viajado para o Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. As viagens enfocaram em discutir com os governantes desses Estados o plano de fazer com que todas as decisões nacionais fossem tomadas em Brasília, fazendo dela "a sede das decisões do governo".

A edição de terça-feira (**18 de maio de 1971**)⁷ traz como um dos destaques de sua capa a construção da rodovia Brasília-Manaus. Nessa edição há uma matéria contando sobre um motorista de caminhão, Antônio Elpídio de Souza, 25 anos, natural de Guaramirim, que foi enterrado como indigente. O jornal não conseguiu se conter e revelou o caso, destacando no lead que “somente agora (a história) foi levada ao público”, e que “é apenas uma das muitas que acontecem em território nacional”. Pode se referir às mortes e desaparecimentos de presos políticos.

A edição do dia **19 de maio de 1971** (quarta-feira) traz um informativo sobre a mudança do comando geral da Polícia Federal. O novo comandante seria o General Nilo Canepa da Silva. Em seu discurso de posse, ele exaltou “o sistema governamental que tanto elevou e continuará elevando nosso país a uma posição de destaque internacional, pelo que crê, pelo

⁷ O Arquivo Histórico de Joinville não possuía a edição do dia 17 de maio de 1971

que quer e pelo que realiza”. Entre as maiores dificuldades do antigo comandante, General Walter Pires, ele destacou “a utilização maior dos meios de comunicação para aproveitamento de má fé”. Ele ressaltou que como comandante da PF preocupou-se em lançar alicerces, a fim de que a polícia fosse capaz de cumprir todas as suas contribuições.

Não há nenhuma menção ao governo Médici na edição do dia **20 de maio de 1971**.

O curioso da edição de **22 de maio de 1971** (sábado) é a notícia que em breve estariam disponíveis linhas telefônicas em Jaraguá do Sul. Destaca-se que a população da cidade havia se manifestado, através de passeatas, pedindo pelo serviço. Não há nenhuma menção ao governo Médici nesta edição.

Quarta semana de agosto de 1972

As edições deste ano passaram a ter 12 páginas. A primeira analisada, datada de **25 de agosto de 1972** (sexta-feira) traz em sua capa a convenção local da Arena, que estava passando por divergências no lançamento de candidaturas para as próximas eleições. As lideranças do partido estavam negociando “em clima de urgência as possíveis formações de candidaturas, sempre voltando à estaca zero”. Fala-se nessa edição também que o governo Médici estava buscando transformar a indústria do livro em indústria de base, para incentivar a leitura e a continuação dos estudos. O governo trabalhou com números: na época, a cada mil alunos matriculados no primário, apenas onze chegavam na faculdade.

A edição do dia **26 de agosto** (sábado) traz em sua capa a manchete dizendo que estava definido: a Arena de Joinville iria correr com três candidatos (Luiz Carlos Garcia, Hary Kormann e Alfonso Schützler). Há uma matéria em meia página com o seguinte título: Meta principal do governo é a qualificação profissional. A matéria traz em seu lead que “Para acelerar o progresso, o Presidente Médici cuida com especial atenção do principal fator desenvolvimentista: o homem.” Por isso, o Presidente passou a focar na qualificação dos profissionais.

A edição do dia **27 de agosto** (domingo) traz em sua manchete o Sábado Negro da Irlanda, onde ocorreram seis mortes. De notícia com cunho político brasileiro há apenas um box com informativo que o MDB de São Francisco do Sul indicou como candidato à prefeito da cidade Celso Amorim Salazar Pessa e como seu vice, Dauro Stazack. Há outra notícia informando que o MDB joinvilense se reuniria às 20h deste dia, para homologar seus candidatos a prefeito, vice e vereadores.

A edição do dia **29 de agosto de 1972** (terça-feira) traz em sua capa os alagamentos ocorridos em Santa Catarina. O Governo do Estado já havia decretado situação de

emergência. Na capa dessa edição há um box divulgando a nova campanha do Governo Federal, que seria lançada no dia 16 de setembro deste ano, “Povo Desenvolvido É Povo Limpo”, incentivando a higiene e o hábito da limpeza. Foi criado para a campanha um mascote chamado Sujismundo. A matéria destaque da página de política é a homologação dos 68 candidatos a vereadores de Joinville, tanto pelo MDB quanto pela Arena.

A edição de **30 de agosto de 1972** (quarta-feira) traz novamente na capa a situação dos alagamentos em Santa Catarina: a chuva havia parado, mas cidades de diversas regiões continuavam inundadas. Há também nota sobre um livro que era considerado proibido e havia sido liberado para venda. “Entre a noite e o dia”, do advogado Estanislau Frago Batista, havia sido considerado subversivo (revolucionário), mas o governo reabriu o caso e garantiu que Estanislau não cometeu infrações ao Código Penal Militar e à Lei de Segurança Nacional.

A capa da última edição analisada neste ano, **31 de agosto de 1972** (quinta-feira) traz como manchete principal a neve no Estado. Outra matéria de capa é o fato de que o Presidente Médici estava estudando um projeto que indultaria e comutaria as penas dos presos comuns (primários, que estavam cumprindo penas de até três anos) no feriado do Dia 7 de setembro. Outra matéria destaque da capa foi sobre o “Troféu Presidente Médici de Futebol”: o então Presidente havia autorizado o uso de seu nome num troféu que iria homenagear “os melhores do futebol no Brasil (jogadores, árbitros, juizes, técnicos, artilheiros)”.

Primeira semana de dezembro de 1973

A manchete com foto da primeira edição analisada, 1º de dezembro de 1973 (sábado), traz o recebimento do bafômetro, que havia sido entregue para a Polícia do Trânsito de Joinville. Neste ano continuou a não existir a página que continha os editoriais e artigos de opinião. Há uma pequena nota informando que o ex-Presidente Jânio Quadros iria passar seis meses fora do Brasil: iria viajar para os Estados Unidos para rever sua filha, que residia em Houston, no Texas. Há nota sobre o General Ernesto Geisel, então futuro Presidente da República, que estava regressando ao Rio de Janeiro de uma viagem que havia feito para a Amazônia. Ele planejava viajar por todo o país, para conhecer de perto o povo que ele passaria a governar.

A edição de **4 de dezembro de 1973** traz em sua capa o aniversário de 68 anos do Presidente Médici, que à noite iria fazer uma festa para 500 convidados no Palácio da Alvorada. Não há mais nenhuma matéria relevante sobre o governo Médici nessa edição.

Na capa da edição de **5 de dezembro de 1973** há uma nota sobre o fim do ano legislativo para os senadores, que estavam para se reunir e discutir os expedientes do ano, que seriam apresentados nessa sessão solene de encerramento. A manchete traz a decisão do Presidente Médici quanto ao imposto ICM, disciplinando isenções. Ele enviou para a Câmara votar o projeto de lei que regularizava os problemas entre imposto e governo. A matéria destaque da capa dessa edição foi a suspensão da TV Record: o Departamento Nacional de Telecomunicações suspendeu a transmissão do canal por 24 horas. A emissora foi acusada de transmitir ao vivo, de uma delegacia, uma entrevista com uma jovem hippie que estaria sob efeito de drogas. A suspensão surpreendeu todos os envolvidos com o canal, que sofreria um prejuízo de Cr\$ 500 em anúncios. Nessa edição há também nota sobre o aniversário de 68 anos do Presidente Médici, comemorado um dia antes (4 de dezembro de 1973). Já a edição do dia **6 de dezembro de 1973** traz como sua manchete principal o Caso Nixon, com o título “Complica-se a situação para Nixon”, chamando para o fato de que o Presidente dos Estados Unidos poderia renunciar ao cargo – o que veio a acontecer em 9 de agosto de 1974, por conta do escândalo Watergate.

A edição do dia **7 de dezembro de 1973** (sexta-feira) traz um box contando sobre o descobrimento de uma nova tribos de índios, em Goiânia. Há um texto nessa edição que chama a atenção: ele vem com o título “Devem os jornalistas ter sempre o direito de ocultar as suas fontes?”. A notícia conta a respeito da decisão do Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos, que estava discutindo essa questão, elaborando uma possível lei que protegesse os jornalistas e garantisse a liberdade da imprensa.

A última edição analisada por essa pesquisa, datada de **8 de dezembro de 1973** traz em sua capa a manchete seguinte: “Não há decreto pronto racionando gasolina”. O Secretário Geral do Ministério de Minas e Energia, engenheiro Benjamin Mário Baptista, veio a público como o desmentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber com essa pesquisa que o jornal de fato foi silenciado. Os jornalistas não deixavam de publicar certas matérias e notícias porque queriam, e sim porque não podiam. Um exemplo a ser destacado foi a ausência de material opinativo. Estes são essenciais para um jornal, pois é onde o veículo, leitores ou especialistas podem expressar seus pontos de vista, é nessa área que um veículo se diferencia do outro.

Com a ausência da página de editorial e artigos de opinião, A Notícia não possuía mais um espaço onde poderia enfim expressar sua opinião. Esse veículo e grande parte dos outros em

todo o país estavam silenciados e não poderiam publicar ou transmitir qualquer notícia que fosse considerada ofensiva ao governo. Os jornalistas perderam a mais essencial de suas características: a liberdade de expressão, estavam controlados pela Ditadura Militar com a justificativa de que era para preservar a integridade, moral e os bons costumes.

As análises indicaram ainda a presença de matérias que possivelmente não seriam tão atrativas ao público (como o material oficial do Governo Federal, que anunciava que o Presidente Médici estava retornando para a Brasília de uma viagem e que foi capa do diário de Joinville), além da ausência de reportagens e notícias sobre os atos da ditadura. Mesmo com essa censura imposta, havia certa vontade de noticiar e mostrar ao público o que estava acontecendo no país, que apareceu, por exemplo, através da matéria sobre o desaparecimento do caminhoneiro que foi enterrado como indigente. O jornal publicou que o caso era só mais um entre os muitos outros que estavam acontecendo frequentemente no país.

Conclui-se com essa pesquisa que o jornal infelizmente, devido ao silenciamento, não se pronunciou suficientemente sobre o momento que o país estava passando. As matérias de cunho político tinham somente fontes oficiais, sem dar voz ao povo, que acabava sem saber de grande parte dos fatos que estavam acontecendo no Brasil – pois quem o coloca a par das notícias é a imprensa, que estava impossibilitada de se pronunciar.

REFERÊNCIAS

- HERSCOVITZ, Heloiza G. Análise de conteúdo em jornalismo. IN: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia. **Metodologias de Pesquisa em Jornalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- MARTINS DA SILVA, Luiz. Jornalismo e interesse público. IN: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. **Jornalismo político** – Teoria, História e Técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. - 2. ed. rev. - Petrópolis: Vozes, 1994.
- ORLANDI, Eni. P. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997.
- SOARES, Gláucio A. Dillon. **Censura durante o Regime Autoritário**. <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm>. Data de acesso: 27 ago. 2015.